

REGIÃO METROPOLITANA

SALVADOR

salvador@grupoparade.com.br

PROCESSOS Prédio da Fundação 2 de Julho vai a leilão e não é arrematado

www.atarde.com.br

INFRAESTRUTURA Cerca de 111 casarões foram recuperados em quatro meses, entre igrejas e abrigos localizados na região

Ação da Conder reforma imóveis no Centro Antigo

FELIPE SANTANA*

Além de ser atrativos turísticos, os casarões e igrejas do Centro Antigo chamam a atenção pelos detalhes arquitetônicos. No entanto, o desgaste provocado pela exposição ao tempo prejudica a estrutura e a pintura dos imóveis.

Com a proposta de recuperar, realizar a limpeza e a reforma externa dos imóveis, a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder) promove uma série de ações de melhoria.

Cerca de 111 casarões do Centro Histórico foram recuperados em quatro meses. Os projetos e obras são ações na área de infraestrutura urbana, acessibilidade, recuperação externa de prédios históricos, reforma de casarões para uso habitacional e manutenção e limpeza do patrimônio.

Equipamentos culturais, como as igrejas Nossa Senhora da Saúde e Nossa Senhora da Conceição do Tororó e a praça do Lar Franciscano Asilo Santa Isabel, são alguns dos imóveis recuperados.

As obras de manutenção compreendem, também, reforma de telhados, praças, além de recuperação do pavimento do território tombado.

Asilo

Uma das estruturas recuperadas que se destaca pelas pinturas em tons amarelo e branco é o Lar Franciscano Asilo Santa Isabel, na Baixa dos Sapateiros. Quem passa pela avenida José Joaquim Seabra percebe a extensão



No Lar Franciscano Asilo Santa Isabel foram concluídas a reforma e a pintura da fachada, além da iluminação cênica

das intervenções realizadas no local.

A Conder concluiu a reforma e a pintura da fachada, área externa e a iluminação cênica. Além disso, está sendo construída uma praça, em área de 470 metros quadrados, comandada pela Baixa dos Sapateiros.

Recuperação

Para a comerciante Júlia Santos, 25 anos, a pintura da fachada levou para a área o charme da arquitetura antiga. Segundo ela, houve um crescimento de turistas que procuram o local para fotografar ou conhecer.

"Para os comerciantes foi bom, até porque sempre que



No bairro da Saúde foram feitas a pintura e a limpeza da Igreja Nossa Senhora da Saúde



O templo no Tororó teve características preservadas

Igreja teve a fachada, escada e área externa recuperadas, recolocação do cruzeiro e iluminação

as pessoas param para tirar foto aproveitam para realizar compras. Ajudou bastante o comércio local, as vendas e até mesmo nossa autoestima", disse a comerciante.

Igreja

Já no tradicional bairro da Saúde, a pintura e a limpeza da Igreja Nossa Senhora da Saúde localizada em frente à Praça Severino Vieira, chama a atenção dos moradores que aguardam a conclusão da obra.

Aproveitando a tranquilidade do bairro, o morador Paulo Roberto acompanhava o trabalho dos operários. "A maioria dos moradores já esperava essa recuperação. Era o que precisava para deixar o nosso bairro ainda mais bonito", disse Paulo.

A Igreja Nossa Senhora da Conceição do Tororó recebeu recuperação dos aspectos arquitetônicos, mas preservou as características originais da obra que foi realizada no ano de 1871.

A igreja teve a fachada e a área externa recuperadas, com a execução de uma escada frontal, recolocação do cruzeiro e iluminação.

Segundo o aposentado José Silva, 71 anos, a nova escada promoveu a acessibilidade. "Assim como eu, outras pessoas têm dificuldade de subir a ladeira", afirmou o aposentado.

Além disso, a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, a Fundação Casa de Jorge Amado e o Teatro Miguel Santana também foram recuperados.

* SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA MEIRE OLIVEIRA

REFORMA AGRÁRIA

Incrá retoma inscrição de famílias em assentamentos

ANDERSON SOTERO

Após ficar cerca de dois anos sem inserir novos beneficiários para aquisição de lote em assentamentos rurais, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) anunciou que, a partir de maio, lançará editais para inscrição de novas famílias. Na Bahia, serão destinados 950 lotes que deverão estar ocupados até setembro deste ano, segundo previsão do órgão.

Em todo o país, serão 12 mil lotes em 200 assentamentos. Os trâmites e a operacionalização desse novo processo estão sendo discutidos entre a direção da autarquia e 30 superintendentes regionais em um encontro realizado, ontem e hoje, em Salvador, no Hotel Fiesta, para alinhamento estratégico do órgão federal para 2018.

Um assentamento rural, segundo informações do Incra, é formado por um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si e instaladas pelo órgão.

Cada uma das unidades é chamada de lote e é entregue a uma família sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel.

Os trabalhadores rurais que recebem o lote precisam morar na parcela concedida e explorá-la para seu sustento, utilizando exclusivamente a mão de obra familiar. Eles contam, ainda, com créditos, assistência técnica, infraestrutura e outros benefícios de apoio.

Interrupção

No entanto, há quase dois anos esse processo da reforma agrária estava suspenso. O presidente do Incra, Leonardo Góes, afirmou que a interrupção ocorreu devido a um acórdão publicado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em abril de 2016. No documento, o órgão federal apontava "indícios de irregularidades" em cerca de 600 mil casos.

O número de indícios representava mais da metade do total de famílias assentadas em todo o país — atualmente há 973.610 famílias que vivem em assentamentos e áreas reformadas. Na Bahia, há 48 mil famílias que vivem em 668 projetos de assentamento do Incra.

"São 12 mil lotes já aptos. São áreas que o Incra já tinha adquirido, mas, por conta do acórdão e da ausência de regulamentação, a gente não podia fazer novos assenta-



Raul Spinasse / Ag. A TARDE

mentos. A gente criava, mas não podia selecionar novas famílias", ressaltou o presidente da autarquia.

Góes contou que, entre as irregularidades apontadas, havia casos de funcionários públicos e portadores de mandato eletivo, entre outros. Com o acórdão, houve o bloqueio de inserção de novas famílias no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e de créditos para as que já estavam inseridas.

De abril a outubro de 2016, o Incra preparou um plano de providências que apurava os indícios e atendia às recomendações feitas pelo TCU. "Conseguimos desblo-

quear quase 80% do TCU havia feito um cruzamento de dados. Uma coisa é a condição para o assentado ingressar no lote. Tem que ter uma renda inferior a três salários mínimos. Tem que ter uma atividade rural. Mas isso não é uma condição de permanência. O indivíduo pode progredir", destacou.

Para o restante dos casos, onde os indícios eram mais fortes, foi apresentado um plano de apuração in loco. Já em setembro de 2017, um novo acórdão do TCU tirou o efeito suspensivo sobre a política.

"Ele permitiu ao Incra voltar a fazer seleção de novas famílias. E isso condiciona-

do a uma regra de cadastro

mais transparente, participativa, que foi fruto do decreto que regulamentou a lei 13.365", acrescentou.

Na Bahia, a previsão do presidente do Incra é que, até setembro deste ano, estejam assentadas todas as famílias dos 950 lotes que estão sendo disponibilizados. Deles, 470 são novos de fazendas desapropriadas e compradas e outros 480 são resultados de uma fiscalização feita pelo Incra relacionada a irregularidades.

Segundo Góes, as regiões baianas onde há mais demandas estão localizadas na Chapada Diamantina e no extremo sul. Ele reconhece, no entanto, que o quantitativo dis-

Segundo o presidente do Incra, Leonardo Góes, são 950 lotes disponíveis

ponibilizado não é suficiente para atender à demanda.

"Os movimentos sociais falam em um número muito maior. A gente estima que tenha cerca de 5,6 mil acampados ou trabalhadores assentados esperando por acesso à terra, mas existem outras políticas de acesso, como o crédito fundiário. No país, os movimentos sociais falam em 90 mil pessoas".

Críticas

O órgão foi alvo de críticas por ter ficado quase dois anos sem dar andamento à política de reforma agrária. "Sofremos críticas, cobranças dos movimentos sociais. Mas, ao mesmo tempo, a compreensão de que não era uma decisão de governo".

A estimativa dada por Góes diverge dos dados do Movimento Sem-Terra (MST). De acordo com uma das integrantes da direção nacional da entidade, há, na Bahia, 25 mil famílias acampadas somente no MST.

"Inserir novas famílias é fundamental. É o primeiro passo. No entanto, se isso não vier somado com orçamento para desapropriar terras para fazer novos assentamentos, não resolve. É preciso um quantitativo maior de lotes", ressaltou.